



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008924-07.2018.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Luciana dos Santos**  
 Requerido: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Relatório dispensado, nos termos do disposto no artigo 27 da Lei 12.153/2009 cc 38 da Lei nº 9.099/95.

**Fundamento e decidido.**

O feito comporta julgamento antecipado na forma do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, uma vez que a prova documental já é suficiente para a resolução do conflito, não sendo necessária a dilação probatória.

O pedido comporta parcial acolhimento.

Trata-se de ação de ressarcimento de danos materiais e morais causados em decorrência de acidente de trânsito.

Segundo consta dos autos, a autora trafegava com seu veículo, na via pública mencionada na inicial, quando colidiu um galho da árvore plantada na calçada, que invadia a via pública, causando danos ao seu veículo. Tal constatação advém do boletim de ocorrência de fls. 17/18 e das fotos de fls. 22/30, além dos danos não terem sido negados pelo requerido.

O material fotográfico realmente demonstra que os galhos e as folhagens das citada árvore estão, de fato, a invadir o espaço da via pública, de forma a potencialmente colocar em risco o tráfego de veículos. O próprio ente público confirma



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

que o galho invadia a via em cerca de 60 centímetros.

Quanto à tese do Município de falta de nexo causal, sob o fundamento de que o incidente decorreu de ato de terceiro, não tem como prevalecer, pois a existência do galho invadindo a pista e a falta de sinalização foram os fatores determinantes para o acidente.

Trata-se de via que permite o tráfego simultâneo de dois veículos, sendo previsível a necessidade de algum desvio à direita, conforme o comportamento dos motoristas dos demais veículos e, se a via estivesse totalmente desimpedida, com a correta poda do galho, o acidente teria sido evitado.

Fixada a premissa fática, passo à conformação jurídica.

Como regra, a responsabilidade civil do Estado é objetiva, fundamentada na teoria do risco administrativo.

Contudo, no caso em tela, a argumentação da autor é baseada na omissão do serviço público, quando tem cabimento tão-somente à responsabilidade subjetiva do Estado, pois, "... só no exame de situações concretas permite-se identificar se seria razoavelmente exigível a atuação estatal no sentido da execução da obra ou prestação do serviço devido e cuja ausência ou insuficiência terá sido a causa do dano sofrido pelo administrado; e mais, 'simples conduta omissiva do ente público, por si só, não assenta a obrigação indenizatória, havendo necessidade de que esta conduta omissiva tenha dado causa ou concorrido para a causação do acidente' (TJRS, 12ª Câmara, 27.05.2004, RJTJRS 237/334)" (YUSSEF SAID CAHALI "Responsabilidade Civil do Estado" Ed. Revista dos Tribunais 2007 edição p. 222 in Apelação nº 0010639-57.2008.8.26.0597, da Comarca de Sertãozinho).

E, neste âmbito de responsabilização estatal, insere-se a obrigação de manutenção adequada das vias públicas, com vistas a proporcionar sua utilização segura pelos administrados.

Nesse sentido é a lição doutrinária de Yussef Said Cahali:

"A conservação e fiscalização das ruas, estradas, rodovias e logradouros públicos inserem-se no âmbito dos deveres jurídicos da Administração razoavelmente exigíveis, cumprindo-lhe proporcionar as necessárias condições de segurança e


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

incolumidade às pessoas e aos veículos que transitam pelas mesmas; a omissão no cumprimento desse dever jurídico, quando razoavelmente exigível, e identificada como causa do evento danoso sofrido pelo particular, induz, em princípio, a responsabilidade indenizatória do Estado". (Responsabilidade civil do Estado. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 1996. p. 300).

Ainda, o Código de Trânsito - Lei n.º 9.503/97 – dispõe que o trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, dentre os quais o Município, cabendo a eles, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

É da Municipalidade, pois, a obrigação de manter as vias públicas em condições normais de tráfego, aí incluído o ônus de manter a poda das árvores existentes nas calçadas, de forma a evitar venham a servir de embaraço ao fluxo de veículos.

Na mesma linha é a resolução nº 01/2012 do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de São Carlos, que estabeleceu, no seu artigo 4º, que: *A execução dos serviços de corte de árvores localizadas em áreas públicas, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Carlos através da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.*

Sobre o tema, já decidiu o E. TJ-SP:

Indenização Reparação de danos Acidente causado por tronco de árvore Responsabilidade da municipalidade pela manutenção das vias públicas - dano material configurado - ação procedente Recurso improvido. (TJSP; Apelação 0049739-06.2004.8.26.0000; Relator (a): Franklin Nogueira; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Foro de Catanduva - 1ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 26/07/2011; Data de Registro: 09/08/2011).

Assim, presentes os requisitos legais - conduta omissiva, dano e nexo causal, o dever de reparar é inafastável.

Quanto aos danos materiais, as fotografias de fls. 24/ 25 e 29/ 30 e os documentos de fls. 19/21 demonstram o custo com o conserto do veículo, com despesas que guardam relação com o evento, bem como o pagamento da franquia no valor de R\$ 1.925,00, cujo pagamento é pleiteado nessa ação e deve ser ressarcido.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Presentes, ainda, os danos morais afirmados pela autora, pois se observa que o ocorrido lhe causou prejuízos, além de ter que permanecer por 19 dias sem o veículo, tendo alterada toda a sua rotina, o que certamente lhe causou angústia, sofrimento e desânimo que ultrapassam o conceito de mero aborrecimento cotidiano.

O dano moral caracteriza-se pela ofensa injusta a qualquer atributo da pessoa física enquanto indivíduo integrado à sociedade, de caráter extrapatrimonial, cerceando sua liberdade, ferindo sua imagem ou intimidade ou provocando-lhe dor, angústia, sofrimento ou constrangimento.

A fixação do valor do dano moral deve observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, considerando-se a gravidade, a natureza e repercussão da lesão, o sofrimento e a posição social do ofendido, bem como o dolo ou a culpa do responsável, sua situação econômica, a reparação espontânea e sua eficácia e a duração da lesão (Apelação nº 0025577-73.2012.8.26.0320)

Assim, tendo em conta os parâmetros acima, arbitro os danos morais em R\$ 2.000.00 (dois mil reais).

Posto isso, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos, resolvendo o mérito, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para condenar a parte requerida ao pagamento, em favor da autora, da quantia de R\$ 1.925,00, a título de danos materiais, corrigidos desde o desembolso, com a incidência de juros, a partir da citação. O condeno, ainda, a lhe pagar, a título de danos morais, R\$ 2.000.00 (dois mil reais), corrigidos a partir desta data, a teor do que prescreve a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, e juros moratórios, a partir do evento danoso (19/02/18), conforme Súmula 54 do C. STJ.

A atualização monetária deve ser feita de acordo com o IPCA-E, e juros de mora, nos termos da caderneta de poupança, conforme se decidiu no julgamento do REsp 1.495.146-MG, Tema 905, sob a sistemática de Recursos Repetitivos, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, por unanimidade, julgado em 22/02/2018, DJe 02/03/2018. Apenas se faz a observação de que, caso haja modulação pelo STF, em sede de cumprimento de sentença, quanto ao RE 870.947, relativo ao Tema 810, d.j. 20.09.2017, deve ser observado no cálculo o que ficar decidido, por se tratar de matéria de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ordem pública.

Custas e honorários indevidos, na forma dos artigos 27 da Lei nº 12.153/09 e 55 da Lei nº 9.099/95.

P. I.

São Carlos, 26 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**